

A FORMAÇÃO DA CARREIRA CIENTÍFICA NO ÂMBITO DE GRUPOS DE PESQUISA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM UM CURSO DE DIREITO

K. GIANEZINI^{1*}, E. NEZ², G. D. BARBOSA¹, L. M. BARRETO¹ e L. Z. ZOPELARO¹

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

²Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

kellygianezi@terra.com.br*

Artigo submetido em junho/2016 e aceito em junho/2016

DOI: 10.15628/holos.2016.4712

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o papel da iniciação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas relatando a experiência e a trajetória de grupos de pesquisas, nesse caso em particular do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e o seu papel na formação dos

jovens pesquisadores do Curso de Direito. A justificativa para a discussão aqui empreendida se ampara na importância que os grupos de pesquisa possuem no processo de construção do conhecimento, entendendo a iniciação científica como um dos possíveis caminhos para a formação dos futuros/jovens pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos de Pesquisas; Ensino Jurídico; Formação Jurídica.

THE TRAINING FOR SCIENCE CAREER ON RESEARCH GROUPS: PERCEPTIONS AND PRACTICES OF A SCIENTIFIC INITIATION PROGRAM IN A LAW COURSE

ABSTRACT

This article aims to understand the role of scientific research in undergraduate courses of Social Sciences area (in Brazil also known as "applied social sciences") describing the experience and trajectory of a research group. In this study, we took the example of the Study Group on University (Portuguese acronym GEU) from Extremo Sul Catarinense University (UNESC) and its role in the training of young researchers (undergraduate

students) at the Law Course. The reason for this discussion is supported by the importance that the research groups have in the process of knowledge construction, understanding scientific research as one of the possible ways to contribute to a new generation of researchers committed with scientific advances in this area.

KEYWORDS: Research Groups. Legal Education. Applied Social Sciences.

1 INTRODUÇÃO

O ato de pesquisar requer do pesquisador uma prática científica que nem sempre se detém nas fronteiras do cientificismo. Isso significa dizer, que vai além, envolvendo ações, procedimentos e questões ideológicas, este último, é possível esbarrar na neutralidade e, também, no próprio método de investigação da realidade social.

Para tanto, é importante considerar que entender a pesquisa como uma forma de interlocução para a transformação da realidade é um processo político de conquista, de construção, de criação, que depende do pesquisador e de seu objeto de pesquisa no contexto da sociedade. É nessa relação que se identificam condições mais propícias para o desenvolvimento do conhecimento científico que seja embasado na realidade concreta com que o pesquisador se defronta.

Deste modo, fazer ciência é fazer tentativas de conhecimento da verdade. A pesquisa científica é um constante e dinâmico processo que se aproxima da busca da verdade. É isto que caracteriza o conhecimento científico como verdadeiro, “[...] todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade. Dentro do conhecimento científico há níveis maiores ou menores de aproximação da verdade” (LOWY, 2002, p. 110).

Assim, o processo de construção do conhecimento científico, não se constitui numa imposição. É uma proposição que encaminha à ordenação do pensamento, ao exame mental da situação e ao tratamento sério de um determinado assunto. Abrem-se possibilidades para o um controle intencional e deliberado que introduz o eu como agente e fonte de pensamento (NEZ, 2014).

Assim, toda pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação e inquirição da realidade que permite elaborar um conjunto de conhecimentos, que auxilie na orientação das ações. Para Nez (2014), os grupos de estudos e pesquisas funcionam como capilarizadores desse processo, visto que buscam conhecer e transformar a realidade circundante.

Falar da pesquisa na área das Ciências Sociais e, em especial, Ciências Sociais Aplicadas, remete ao objetivo de compreender o homem e suas inter-relações sociais. Assim, o olhar do pesquisador não deve ser superficial, mas partir de uma busca que lhe possibilite visualizar aquilo que está presente nas entrelinhas destas relações.

Neste sentido, este artigo tem como finalidade compreender o papel da iniciação científica (IC) nas Ciências Sociais Aplicadas, relatando a experiência e a trajetória de grupos de pesquisas, em particular do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e o seu papel na formação dos seus jovens pesquisadores da área jurídica.

A justificativa para a discussão apresentada aqui se ampara na importância que os grupos de pesquisa possuem no processo de construção do conhecimento, entendendo a iniciação

científica como um dos possíveis caminhos para a formação dos futuros pesquisadores.¹

Ressalta-se, também que a existência de espaços coletivos, produtores de ciência, são impulsionadores da pesquisa no seio das Instituições de Educação Superior (IES). Franco e Morosini (2001) esclarecem que os grupos de pesquisa são uma realidade materializada em algumas universidades brasileiras, visto que possibilitam a construção do conhecimento institucionalizado. Nesse estudo, debruça-se sobre uma dessas possibilidades no Curso de Direito da UNESCO, o GEU.

1.1 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados foram desenvolvidos em duas etapas para alcançar os objetivos da pesquisa. Na primeira, realizou-se uma revisão da literatura para compreender os debates atinentes à temática em questão e, em especial, investigou-se o que emana do campo científico acerca da temática elencada. Logo, este trabalho trata-se de um artigo científico de revisão bibliográfica, o qual se deu por meio de textos acadêmicos, científicos e organizados com o auxílio do *software Endnote*[®].

Num segundo momento, foi realizada uma (re) leitura atenta dos mesmos, gerando um aprofundamento teórico. Essa segunda etapa abrangeu a elaboração do texto argumentativo-reflexivo para perceber e compreender a importância da constituição dos grupos de pesquisa na área jurídica. Além disso, quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como qualitativa, na qual os dados obtidos mediante o conhecimento e as experiências vividas pelos pesquisadores foram analisados de forma subjetiva, sem o uso de procedimentos de análise estatística.

Esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, pois trata especificamente da análise de um grupo de pesquisa denominado Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU), localizado em Santa Catarina. O estudo de caso é usado quando o pesquisador deseja estudar detalhadamente um fenômeno contemporâneo, no caso, a contribuição de um grupo de pesquisa na formação dos futuros pesquisadores jurídicos.

Neste contexto o presente trabalho visa responder as seguintes indagações: **é possível perceber a existência de fomentos para a implantação da iniciação científica no Brasil? Se sim, é possível identificar experiências locais, inspiradas a partir da experiência nacional? De que forma a iniciação científica vem sendo implementada? Como as redes de pesquisas corroboram para a formação dos jovens pesquisadores? E, qual é o papel dos grupos de pesquisas na formação de jovens pesquisadores da área jurídica?**

Este artigo foi estruturado em duas partes (além das considerações iniciais e finais) que sintetizam a discussão aglutinadora sobre a pesquisa nas Ciências Sociais Aplicadas. A primeira parte apresenta o fomento científico, por meio de dois modelos, um de âmbito nacional – o PIBIC/CNPq – e outro institucional de abrangência local – o PIBIC/PROPEX/UNESC –, travando um breve histórico da criação desses tipos de fomentos enfatizando a importância da iniciação científica no contexto da produção da pesquisa no Brasil. Na segunda parte, o papel do Grupo de Estudos sobre Universidade é desvelado, dividindo-se novamente em dois movimentos: aponta-se

¹ Os termos futuros pesquisadores, jovens pesquisadores, iniciados, iniciantes, iniciantes científicos, entre outros são sinônimos neste trabalho e remetem a ideia de jovialidade no exercício da pesquisa científica, não necessariamente esteja relacionado a idade do estudante.

a trajetória da Rede GEU e o papel desse grupo de estudos na formação de jovens pesquisadores da área jurídica.

2 O FOMENTO E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A pesquisa como investigação de algo, nos lança na interrogação, pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, **descoberta, invenção e criação**. É um trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito, uma visão compreensiva de totalidades, ação civilizatória contra a barbárie social e política, onde a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, possibilita **sua mudança e sua superação** (CHAUÍ, 2001, p. 222 – grifos nossos).

É notório que o conhecimento transforma o homem. Com esse ideal, criou-se no Brasil, por meio da Lei Nº. 1.310, de 15 de janeiro de 1951, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – o qual atualmente é denominado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tem como objetivo: “fomentar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” (CNPq, 2016).² Essa Lei, chamada por Álvaro Alberto³ de “Lei Áurea da pesquisa no Brasil” (CARAMORI, 2013, p. 78), propiciou a expansão das pesquisas científicas e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Calderón (2007) destaca que a pesquisa é um elemento inerente às atividades de ensino; articulando-se ao desenvolvimento de habilidades orientadas à procura do conhecimento. Assim, justifica-se pelos resultados que se tornam públicos e acessíveis, e pela recepção e retorno que a sociedade dá a essas reflexões. Segundo Nez (2014), a pesquisa é a “alma geratriz da universidade” (p. 25) e um dos instrumentos mais específicos de sua atuação.

Dada sua importância na formação acadêmica, é dever institucional das organizações de Ensino Superior incentivar e fomentar sua realização (GOMES; MACHADO; SILVA, 2009). No entanto, em uma sociedade capitalista, para que estas pesquisas sejam viabilizadas, faz-se necessário o apoio financeiro. Para tanto, são disponibilizados recursos aos pesquisadores, visando custear suas despesas concernentes à pesquisa, entre elas destacam-se: despesas com viagem, hospedagem, inscrição em eventos científicos, e – a principal – a Bolsa de Iniciação Científica.

Para Chaves (2016) é preciso compreender que as políticas de financiamento de produção do conhecimento estão situadas no âmbito global das políticas públicas adotadas no país. Isso significa dizer que as mudanças em curso não são autônomas e estão inseridas na lógica global da reforma do Estado que atingem diretamente a produção da Ciência e Tecnologia (C&T), no caso do Brasil.

O CNPq órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) é uma das principais agências do país destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa. Além desse aporte financeiro nacional, a pesquisa conta com

² Documento eletrônico. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional>. Acesso em: 01 mar. 2016.

³ Álvaro Alberto (1889 - 1976) foi cientista brasileiro que presidiu a Academia Brasileira de Ciências (ABC) tendo sido o primeiro presidente do CNPq (antigo Conselho Nacional de Pesquisas), cujo principal objetivo naquela época era investir, por meio da pesquisa científica, no potencial humano. Fonte: CNPq. Disponível em: <<http://www.premioalvaroalberto.cnpq.br/sobre.html>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

as fundações de apoio à pesquisa (FAP), que são entidades estaduais destinadas a apoiar as atividades de produção do conhecimento. Severino (2010) explicita que essas fundações buscam estimular a formação e a vinculação de pesquisadores, bem como a indução de pesquisas pertinentes às prioridades regionais.

Com o intuito de inserir os jovens no mundo da ciência e da tecnologia, foi criado pelo CNPq, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Este programa, uma parceria entre o Governo e instituições públicas e privadas, apoia projetos de IC, concedendo bolsas de estudo àqueles que participam do referido programa.

A UNESCO, a exemplo do CNPq, acredita que o apoio financeiro estimula a pesquisa científica e, por isso, criou o PIBIC/CNPq/UNESCO. Tal parceria prevê a concessão de bolsas de iniciação científica – mediante processo seletivo – para aqueles que atenderem aos requisitos do edital.⁴

Infere-se que essa instituição é uma universidade comunitária alicerçada na Educação Superior por meio do ensino, pesquisa e extensão. Segundo dados divulgados no segundo semestre de 2015,⁵ a UNESCO conta com 12.458 acadêmicos, divididos entre Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado e Colégio (Educação Básica). Deste total, 8.191 são beneficiados com bolsas, financiamentos e estágios remunerados, ressaltando, dessa forma, seu viés comunitário. Entre elas, cabe destacar, 259 são concedidas à IC.

Ademais, a UNESCO é considerada pelo Ministério da Educação uma universidade de excelência, figurando, segundo o Ranking Universitário Folha de 2015 (RUF), entre as 100 melhores IES do Brasil. Ainda de acordo com este ranking, no quesito pesquisa é a segunda melhor universidade do Estado de Santa Catarina, e a sexta melhor universidade brasileira dentre as não públicas.

Demo (2008) comenta que há um importante fundamento nos programas de bolsas, o impacto formativo na formação dos acadêmicos. Embora seja considerado um programa restrito, em termos quantitativos, os que conseguem o benefício, acabam aproveitando melhor o curso e tem oportunidade de pesquisar. Ainda para Nez (2014), no plano da qualidade, a pesquisa oferece a oportunidade de cultivar o hábito da produção do conhecimento, gerando postura de pesquisador. Além do mais, tem como objetivo despertar o interesse pela Pós-graduação.

A IC é considerada o primeiro passo do aluno no mundo da pesquisa, proporcionando-lhe uma visão acadêmica diferente daquela encontrada em sala de aula. Isto porque, pela ótica de alguns pesquisadores, na graduação os conteúdos são mais estáticos e inflexíveis, isto é, não permitem mudanças nem questionamentos expressivos. Ou seja, “a graduação continua sendo um espaço de reprodução e não de produção de conhecimentos” (MASSI; QUEIROZ, 2010, p. 179). Por outro lado, a IC, dada sua natureza científica, permite a ampliação dos horizontes e proporciona uma visão mais crítica a respeito dos temas estudados. Visão essa fundamental para, não só o curso de graduação, como também e, sobretudo, para a realização de possíveis mestrados e doutorados (SILVA, 2003).

⁴ Edital disponível no endereço eletrônico:

<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11685.pdf?1436289210>. Acesso em: 09 abr. 2016.

⁵ Documento eletrônico disponível em:

<http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12385.pdf?1450713895>. Acesso em: 02 jun. 2016.

Destarte, constata-se que a IC oferece ao jovem estudante a oportunidade de abstrair-se do processo puramente informativo e, dessa forma, praticar o exercício do raciocínio por meio dos métodos científicos (MISSIAGGIA, 2002). Sobre o assunto também versa Breglia (2002), afirmando que a IC ensina “a construção de uma via de mão dupla entre ensino e pesquisa, vai além de estabelecer entre eles uma relação de interdependência: também aporta um novo significado ao ensino de graduação, ao visualizar a sala de aula como mais um espaço de construção do conhecimento” (BREGLIA, 2002, p. 64).

Ademais, faz-se mister ressaltar a importância da IC também no mercado de trabalho. Isto porque, em um meio competitivo e por vezes saturado, aqueles que detiverem uma visão crítica (MOTTA, ECHER, 2007) e um conhecimento diferenciado – baseado e obtido por meio do exercício da prática científica – se sobressairão dos demais.

Vale ressaltar que, além disso, em função da relação entre orientador e orientando, a Iniciação Científica proporciona a junção entre a experiência e o conhecimento do professor, e a disposição, os anseios e a vontade de “ganhar o mundo” presentes nos jovens estudantes. Essa relação propicia um aprendizado mútuo, uma vez que o professor se renova nas curiosidades e principalmente nos questionamentos dos acadêmicos que podem, no futuro, tornarem-se objetos de novos estudos e de outras pesquisas. Por outro lado, o conhecimento e os ensinamentos – não apenas acadêmicos – transmitidos pelo orientador, possibilitam ao estudante um crescimento muito além daquele concernente à academia, mas sim um crescimento na vida.

Dessa forma, a IC possibilita um investimento às partes envolvidas, isto é, aos orientandos, aos orientadores e, sobretudo, à sociedade por meio da sua atuação em áreas estratégicas, promovendo assim o desenvolvimento e atendendo as necessidades do país. Isto posto, visto que o conhecimento transforma, a Iniciação Científica, além de transformar os iniciantes científicos em melhores acadêmicos, proporcionando uma visão crítica da realidade.

3 O PAPEL DO GRUPO DE ESTUDOS SOBRE UNIVERSIDADE

Nesta seção, será analisado o papel do GEU, focando em sua trajetória e a sua contribuição para a formação dos acadêmicos do curso de Direito mediante a concessão de bolsas de iniciação científica.

3.1 A trajetória da rede GEU

O GEU foi criado em 1988 e sua trajetória acompanha a dinâmica da Educação Superior com toda sua complexidade e seus paradoxos, no Brasil e no cenário internacional. Deste modo, o grupo se destaca pela *expertise* adquirida ao tratar deste campo de estudos, e pela capacidade de explorar e incorporar novos temas e objetos de análises e reflexões (FRANCO, LONGHI; RAMOS, 2009).

Em 1995, desdobrou-se em outros dois grupos, ambos instalados na UFRGS: o GEU/Sociologia e GEU/Edu/Ipesq. Posteriormente, foram também implementados dois grupos em Instituições de Educação Superior (IES) no interior do Estado do Rio Grande do Sul (RS): GEU/UPF (Universidade de Passo Fundo) e GEU/UFPel (Universidade Federal de Pelotas) (FRANCO, LONGHI; RAMOS, 2009).

Em meados da segunda década do século XXI, a Rede GEU ampliou o espaço de atuação, instalando-se em outros Estados da Federação. A expansão teve como marco o ano de 2012 quando foi instituído o GEU/Universidade do Estado de Mato Grosso (GEU/UNEMAT),⁶ localizado no *Campus* de Colíder, norte do Estado de Mato Grosso (MT). Na sequência, foram criados outros dois GEUs em 2014: um em Santa Catarina (SC), na cidade de Criciúma, o GEU/Universidade do Extremo Sul Catarinense (GEU/UNESC)⁷ e o outro em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, o GEU Universidade Federal de Santa Maria (GEU/UFSM). No ano seguinte, no Estado do Paraná (PR), na cidade de Pato Branco foi criado o GEU Universidade Federal Tecnológica do Paraná (GEU/UFTPR).

Hoje, esse grupo se constitui numa rede de pesquisa articulada a outros grupos de pesquisas de caráter nacional e internacional. O GEU tem como objetivo a análise dos sistemas de Educação Superior e suas transformações, assim como suas políticas de ciência e tecnologia, na perspectiva do desenvolvimento institucional. Também se preocupa em captar e compreender suas especificidades desdobradas na complexidade da universidade incluída a diversidade de natureza, desvelando articulações entre a institucionalização de grupos e as mediações para a construção do conhecimento científico.

O grupo de pesquisa é o elemento organizador, definido como a unidade de produção constituída por pesquisadores líderes, seniores e assistentes, acadêmicos (doutorado e mestrado) e por bolsistas (iniciação científica), além dos técnicos que podem atuar conjuntamente (MOCELIN e FRANCO, 2006). Para Nez (2014) a criação de grupos decorre da ideia de que a produção de conhecimentos deve ser um trabalho coletivo, realizado em redes.

Assim, Franco e Morosini (2001) explicitam que pensar os grupos de pesquisa como espaços de investigação implica considerar os reflexos das atividades para formação da nova geração de pesquisadores. E, consecutivamente, proporcionar a criação de redes que interligue os grupos, essa foi a proposta e intenção dos encaminhamentos tomados ao longo dos anos pela coordenação do GEU.

3.2 O papel do GEU/UNESC na formação dos acadêmicos do direito

A Rede GEU, conforme salientado anteriormente, conta com a atuação de diversas instituições parceiras localizadas em quatro estados da federação (RS, SC, PR e MT). Tal fator, ao longo de sua criação, proporcionou atividades integradas como a organização e promoção de eventos científicos⁸ entre pesquisadores da UNESC e destas IES. Observa-se que pela quantidade de oportunidades que o grupo oferece – entre palestras, cursos de capacitação, missões de pesquisa, dentre outras atividades internas – há um constante desenvolvimento de habilidades como a oratória, a escrita, a leitura crítica/reflexiva, a pesquisa, a participação ativa e direta, a

⁶ A peculiaridade do GEU/UNEMAT consiste no fato de ser um grupo *multicampi* interinstitucional.

⁷ O GEU/UNESC conta com a colaboração de docentes, pesquisadores, estudantes de mestrado e de graduação da UNESC. Há no GEU/UNESC quatro linhas de pesquisa, a saber: (a) Direitos Humanos, Educação Superior, Políticas de Inclusão, Legislação e Disputa Jurídica; (b) Educação Superior e Desenvolvimento Socioeconômico; (c) Estado, Direitos Sociais e Políticas Públicas para a Educação Superior; e (d) Formação e Processos Educativos.

⁸ Como exemplo destacam-se a participação com apresentação de trabalhos na VI Jornada do Direito, na VI Semana da Ciência e Tecnologia da UNESC, na I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, no V Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, no II Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, no XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea & VIII Mostra de Trabalhos Científicos da UNISC.

autodisciplina e o desenvolvimento do raciocínio teórico/jurídico. Propõe-se continuamente um aprendizado correlacionando o estudante com a Universidade numa convivência intensa, focada na formação e no desenvolvimento do futuro pesquisador.

Nesse contexto, a IC aparece como uma forma de estabelecer um primeiro contato com a pesquisa, proporcionando um aprendizado constante que o estudante não teria somente participando das atividades curriculares da graduação. Iniciando, assim, enquanto pesquisadores podem desenvolver um conhecimento interdisciplinar,⁹ redescobrimo o próprio curso e as oportunidades que aparecem como discorrem Mazon e Trevizan (2001):

No momento em que estamos dedicando a maior parte de nosso tempo aos estudos, temos oportunidade de envolvermo-nos em meios que não estão diretamente relacionados com a carreira profissional que escolhemos. Além de estarmos ampliando o nosso leque cultural, estamos agregando conhecimentos que servirão de apoio, ou até mesmo orientação, em nossa futura profissão (MAZON; TREVIZAN, 2001, p. 85).

Com a IC, é possível assimilar muitas informações, muitas das quais até se encontram disponíveis ao público, contudo, não atraem os acadêmicos para uma investigação mais acurada. Ao colocar em prática os aprendizados de sala de aula e as informações lidas, é comum os estudantes perceberem a aderência do conhecimento adquirido com a prática da IC e, em especial, com a disciplina de Metodologia Científica. Ainda que, em um primeiro momento, pareça de forma abstrata a referida disciplina, ao iniciar o processo de investigação é possível visualizar sua aplicabilidade, em particular, quando se começa a desenvolver a estrutura do texto e analisar a inserção de informações. Contudo, logo se descobre que é um aprendizado contínuo, como salienta Barros e Lehfeld (1990):

[...] todo o percurso que os novos pesquisadores fazem, por meio do aprendizado no fazer, pesquisando, até conseguir segurança de construção de seus procedimentos metodológicos nos processos investigativos, ou ainda terem alcançado o reconhecimento da comunidade científica de sua área de conhecimento e/ou legitimidade institucional como pesquisadores (BARROS; LEHFELD, 1990, p. 23).

A pesquisa envolve o aluno, o qual, por sua vez, é seduzido pelo acesso a novos conhecimentos por vezes mais aprofundados sobre temas estrategicamente pré-selecionados. Tal procedimento ocorre mediante a busca de respostas para uma determinada questão – por meio de um método ou de uma hipótese –, e, também, um engajamento maior com o ambiente acadêmico, proporcionando familiaridade que só o curso regular de graduação não oferece. Aprende-se a interpretar adequadamente os textos acadêmicos e fazê-los, uma prática que muitos apenas têm contato no final da graduação, no trabalho de conclusão de curso (TCC), por exemplo. Aqueles acadêmicos que, na graduação, praticam a apresentação em congressos científicos e a

⁹ A formação interdisciplinar constitui um desafios mais importantes para a Educação Superior na atualidade. Associada ao desenvolvimento da pesquisa em áreas específicas que produzem o conhecimento especializado, do qual dependem as ciências e a práticas profissionais, a formação superior no contexto das sociedades complexas exige a construção de um conjunto de saberes capaz de oferecer um referencial para a ação ético-política nos mais variados campos de atuação (NEZ, 2014).

escrita de trabalhos – em especial de artigos – antes da elaboração do TCC adquirem maior facilidade para falar com o público, desenvolver suas ideias e expressá-las no texto escrito.

Cabe salientar que as expectativas iniciais dos estudantes que ingressam pela primeira vez num grupo de pesquisa são nebulosas: não se sabe ao certo o que esperar. Como realizar os procedimentos? No que exatamente se trabalha? Como se plasam os processos? Como elaborar uma pesquisa de qualidade? Nesse sentido, o grupo GEU procura se manter atento para as expectativas dos iniciantes e procura sanar questões como estas.

Para aqueles que já iniciaram na área ou que aprenderam como atuar nela, é mais fácil planejar resultados e desenvolver projetos. Com o tempo, as circunstâncias se tornam mais claras e os desafios maiores, para isso o auto aperfeiçoamento precisa ser constante e a experiência é fundamental nesse processo. A autoavaliação necessita de assiduidade e minuciosidade. Desenvolvem-se técnicas de estudo e de planejamento do tempo. O desafio é superar a si mesmo dentro do trabalho de investigação, aspecto que aparecerá explicitamente e conseqüentemente nos estudos desenvolvidos nas disciplinas da graduação.¹⁰

Outros sentidos são requeridos. Tanto a técnica da área jurídica quanto o sentido de cidadania ativa se aprimoram: o estudante, que na graduação, concebe a universidade e a pesquisa como um meio de atuar na sociedade e entendê-la, torna-se um profissional diferenciado. Cria-se uma nova imagem dos problemas sociais, da formação de uma região e as relações interpessoais – buscando-os na sua raiz. São questões que são desveladas frequentemente ao pesquisador.

Retoma-se a história, a política, a filosofia, o raciocínio crítico e a atualidade, enlaçados numa ideia central, num problema de pesquisa, numa questão propositiva. Tal forma pode ser aplicada em todas as situações do cotidiano – não apenas na vida acadêmica. É uma faculdade da qual, aquele que aplica, apropria-se e poderá vivê-la na sua vida profissional e pessoal.

Alcançar bons resultados, para aquele que se envolve com a pesquisa é notório. O tempo de dedicação, concebido num bom material de autoria conjunta é um deleite para aqueles que investiram tempo e experiência nele. Não só as experiências positivas, mas as negativas também ensinam muito. No que cabe o aprimoramento? É uma questão decisiva que precisa ser analisada com cuidado e sinceridade. Ao longo do trabalho desenvolvido é imprescindível que se faça esse exercício. É muito mais que resultados e conclusões, a academia é uma senda de vida, um caminho ascendente na busca do conhecimento. O sentimento daqueles que se envolvem profundamente com essa área é da pura construção de conhecimentos teórico-práticos: o discente e o docente trabalham em conjunto na busca de um objetivo final. A troca de ideias, diferentes visões sobre um mesmo tema, encaminhamento de um material comum, o ressignificar teorias – ainda com hierarquia – possibilita uma ampla soma de experiências com efeito único.

Neste sentido, as expectativas para o futuro pesquisador são grandiosas: alimentar com continuidade os eventos que fomentam a expansão das pesquisas desenvolvidas; melhorar a qualidade das produções e aumentar o número de participantes envolvidos. Para o acadêmico no curso de graduação, que entra nessa área, as expectativas são, além das citadas, construir um futuro com um bom currículo e publicações acadêmicas, para continuidade dos estudos na Pós-graduação (*Lato Sensu e/ou Stricto Sensu*) que alargam as chances de sucesso profissional.

¹⁰ A evidência se faz presente no índice de aprovação dos jovens pesquisadores de direito do GEU/UNESC nas disciplinas obrigatórias e optativas.

Ao adentrar no mundo da pesquisa é possível perceber a existência de uma competição e necessidade de produção intrínseca ao meio, que caracteriza uma busca pela quantidade de publicações. Segundo a avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a produção intelectual somente em 2013 chegou à marca de 1.498.111, divididos em artigos publicados em periódicos, livros e produção técnica.

Como já abordado anteriormente, a atuação na pesquisa proporciona a participação em diversos congressos e eventos. Esta atuação enseja a obtenção de algo essencial para a graduação em Direito: a comunicação. Afinal “não basta ser apenas competente e ter um bom “currículo”. É igualmente essencial saber relacionar-se, comunicando com segurança os conhecimentos profissionais. E, comunicar-se eficientemente, é algo imprescindível para marcar e fortalecer o “marketing” pessoal” (FROLDI & O’NEAL, 2002, p. 16).

Ao ampliar seu envolvimento com a IC e participar de grupos de estudo, diversas oportunidades surgem, como por exemplo, a participação em vários cursos de capacitação e palestras,¹¹ pois ao ter contato com a pesquisa, gera-se uma rede de informações e atividades, que poderiam passar despercebidas anteriormente, mas que, a partir deste contato, aparecem como opções viáveis. Uma delas são as fornecidas pela biblioteca¹² da UNESCO que preparam para algumas situações como: formatação de trabalhos de conclusão tanto da graduação quanto do mestrado; citações e referência e a capacitação de bases de dados, que se mostra de grande valia, pois ao realizar uma pesquisa é fundamental este conhecimento para o levantamento bibliográfico, além de que, a IES disponibiliza estrutura física para esse determinado fim.

Dentre as capacitações, algumas, em um primeiro olhar, parecem não ter utilidade na IC ou para a vida acadêmica como um todo, porém estas podem ser úteis na vida profissional, capacitando para uma série de situações que exijam determinado comportamento; ou auxiliam na pesquisa, como por exemplo, a capacitação de fotografia realizada na UNESCO, que em alguns momentos poderá ser aplicada em pesquisas de campo.

Aquele que pesquisa, acima de tudo, visa dispersar o conhecimento produzido e adquirido a fim de que ele responda alguma questão que a sociedade precisa, independente do âmbito que se encontra. Assim, a ciência cumpre seu propósito de existência: por meio do conhecimento profundo e metódico, aumenta qualidade de vida da sociedade e dos homens que nela vivem, respondendo questões de diversas áreas e buscando a verdade por detrás dos fatos. Além do sucesso profissional, o pesquisador encontra então, uma fonte de alegria pessoal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo objetivou identificar a importância que a IC possui no contexto acadêmico, enquanto momento de construção da identidade do pesquisador. Isso decorre em muitas situações de experiência em grupos de estudos e de pesquisas proporcionados pelas IES. A UNESCO por meio do GEU oferece essa possibilidade aos seus acadêmicos no que tange a formação de jovens pesquisadores, especialmente, na área jurídica.

¹¹ Dentre as quais, cita-se: palestras (como publicar sua pesquisa em periódicos internacionais; como transformar o resultado da pesquisa em publicação acadêmica e onde publicá-las;) e minicursos (como preencher o currículo lattes) são designadas para educar e capacitar os pupilos para enfrentar os desafios do mundo científico.

¹² Cursos disponíveis no endereço eletrônico: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/533/9240/>>

É notório que a IC possibilita um crescimento a todas as partes envolvidas, desde os orientandos, passando pelos orientadores e culminando na sociedade. Isso tudo por meio da atuação em áreas estratégicas, promovendo assim o desenvolvimento e atendendo as necessidades do país.

Dentre as distintas formas de capacitações, algumas em um primeiro tangenciamento parecem não ter sentido e muito menos utilidade no âmbito da Iniciação Científica ou para a vida acadêmica como um todo, porém estas podem ser úteis e imprescindíveis no desenvolvimento profissional, visto que capacita o participante para uma série de situações que exijam determinado comportamento.

A participação na IC traz na área jurídica a possibilidade de uma nova visão sobre as áreas que permeiam o curso de Direito, que em um primeiro momento tem-se a ideia de que possui uma característica puramente dogmática. O envolvimento, por meio dos grupos de redes de pesquisa, revela uma nova face desse e de outros cursos, podendo abrir portas para que os acadêmicos tenham interesse em prosseguir na pesquisa científica e conseqüentemente na carreira acadêmica.

Este estudo visou responder as seguintes indagações: **é possível perceber a existência de fomentos para a implantação da iniciação científica no Brasil?** Assim foi possível perceber a atuação da CNPq, bem como das IES públicas ou privadas no incentivo a iniciação científica e a grupos que fomentam de forma geral a pesquisa científica brasileira. **É possível identificar experiências locais, inspiradas a partir da experiência nacional?** A UNESC foi percebida como um exemplo experiência local inspirada na experiência nacional difundida pelo CNPq, visto que a IES disponibiliza bolsas de iniciação científica no estilo das disponibilizadas pelo CNPq e incentiva a participação dos alunos nos grupos de estudos e pesquisas que abarquem valor teórico a sua formação inicial.

5 AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX), à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC), à Rede GEU, ao Grupo de Estudos sobre Universidade da UNESC (GEU/UNESC) e da UNEMAT (GEU/UNEMAT) pelo apoio na realização da pesquisa. Os pesquisadores afirmam que não há conflitos de interesse na publicização deste artigo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
2. BREGLIA, V. L. A. **A Formação na graduação:** contribuições, impactos e repercussões do PIBIC. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

3. CALDERÓN, A. I. (coord.) **Educação superior**: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.
4. CAPES. **Avaliação trienal**. 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyYHRyaWVWwMjAxM3xneDo1MmMwNmY3ZTU1ZjBmZGI3>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
5. CARAMORI, C. A. Institucionalização da Pesquisa Clínica na Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=K2dbBAAQBAJ&dq=LEI+1310+DE+15+DE+JANEIRO+DE+1951+LEI+AUREA&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 14 mar. 2016.
6. CHAUI, M. A. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.
7. CHAVES, V. L. J. **Política de financiamento da pesquisa no Brasil e no Pará**. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT11-3112--Int.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
8. CNPQ. **O CNPq: Missão**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional>. Acesso em: 14 mar. 2016.
9. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Apresentação**. Site Institucional. Documento eletrônico. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional>. Acesso em: 01 mar. 2016.
10. DEMO, P. **Universidade, aprendizagem e avaliação**: horizontes reconstrutivos. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
11. FRANCO, M. E. D. P.; LONGHI, S. M.; RAMOS, M. G. (Orgs.). **Universidade e pesquisa**: espaços de produção do conhecimento. Pelotas: UFPel, 2009.
12. FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. (orgs.) **Redes acadêmicas e produção do conhecimento em educação superior**. Brasília: Inep, 2001.
13. FROLDI, A. S; O'NEAL, H. F. Comunicação verbal: um guia prático para você falar em público. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
14. GOMES, D. M.; MACHADO, D. P.; SILVA, R. P da. Incentivo à pesquisa científica durante a graduação em ciências contábeis: um estudo nas universidades do Estado do Rio Grande do Sul. RIC - **Revista de Informação Contábil**, v. 3, n. 2, p. 37-60, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/view/138/13>>. Acesso em: 07 abr. 2016.
15. LÖWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2002.
16. MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. **Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão**. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 40, n. 139, p. 173-197, Apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2016.
17. MAZON, L.; TREVIZAN, M. A. Fecundando o processo da interdisciplinaridade na iniciação científica. **Rev Latino-am Enfermagem**. São Paulo, n. 9, p.83-87, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v9n4/11488>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
18. MISSIAGGIA, S. **A importância da Iniciação**: Iniciação Científica e a formação do pesquisador brasileiro. 2002. Disponível em: <<http://www.faccar.com.br/eventos/enince/2002/Impor>>

tancia.htm>. Acesso em: 14 mar. 2016.

19. MOCELIN, D. G.; FRANCO, M. E. D. P. Grupos de pesquisa. In: MOROSINI, M. C. (ed.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**: glossário. v. 2. Brasília: Inep/RIES, 2006.
20. MOTTA, G. de C. P. da; ECHER, I. C. **Relato de experiência como bolsista de iniciação científica**. Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 14, n. 27, p.55-55, set. 2007.
21. NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual**: a construção de redes de pesquisa. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
22. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
23. SILVA, C. B. da. **Acompanhamento da qualificação de ex-bolsistas de iniciação científica que ingressam em cursos de pós-graduação stricto-sensu**. Porto Alegre. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/74797/Resumo_20030448.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 abr. 2016.